

**Educação e Saúde: reflexões sobre o contexto universitário em tempos de
COVID-19**

Education and Health: reflections on the university context in times of COVID-19

Ana Catarina Moura Torres¹

Ana Caline Nóbrega da Costa²

Lynn Rosalina Gama Alves³

CONTIBUIÇÕES DOS AUTORES:

Ana Catarina Moura Torres: Redação do texto.

Ana Caline Nóbrega da Costa e Lynn Rosalina Gama Alves: Revisão e inclusão de conteúdos significativos.

ORCID DAS AUTORAS

Ana Catarina Moura Torres: <https://orcid.org/0000-0002-3529-8287>

Ana Caline Nóbrega da Costa: <https://orcid.org/0000-0002-6509-8702>

Lynn Rosalina Gama Alves: <https://orcid.org/0000-0003-3688-3506>

RESUMO

Diante da pandemia causada pelo novo Coronavírus, o mundo está construindo ações emergenciais para atender as mais variadas demandas. O distanciamento social fechou as universidades e passou a exigir um novo modelo educacional, a partir de uma maior utilização da tecnologia para seguir com os conteúdos programados para o

- 1- Doutoranda do programa de pós-graduação Processos Integrativos de Órgãos e Sistemas, docente da Universidade do Estado da Bahia; 2; 3- Doutora, docente da Universidade Federal da Bahia.

semestre em curso. No entanto, a dificuldade de acesso à tecnologia, ainda presente em grande parte da nossa sociedade, é um dos pontos que contribui fortemente para o afastamento dos discentes do processo de formação e contribui para o afastamento observado entre as decisões e ações emergenciais adotadas pelas universidades públicas e pelas privadas. A formação de futuros profissionais de saúde é ainda mais desafiadora neste contexto, visto que a educação à distância se apresenta como insuficiente para alcançar as habilidades exigidas ao ofício de cuidar de seres humanos em toda a sua complexidade.

PALAVRAS CHAVES: Ensino superior; Pandemia; COVID-19; Saúde Coletiva

ABSTRACT

Faced with the pandemic caused by the new Coronavirus, the world is building emergency actions to meet the most varied demands. Social isolation closed universities and started to demand a new educational model, based on the greater use of technology to continue the contents programmed for the current semester. However, the difficulty in accessing technology, which is still present in a large part of society, is one of the points that strongly contribute to the withdrawal of students from the teaching-learning process and contributes to the distance observed between the decisions and emergency actions adopted by public and private universities. The qualification of future health professionals is even more challenging in this context since distance education is insufficient to achieve the necessary skills to care for human beings in all their complexity.

KEYWORDS: Higher education; Pandemic; COVID-19; Collective health

INTRODUÇÃO

O ano de 2020 teve seu início marcado pelo surto da doença causada pelo novo Coronavírus, a COVID-19. Especificamente em 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou emergência de saúde pública de importância internacional e

em março de 2020 essa situação progredia a uma pandemia, a partir da existência de surtos da COVID-19 em vários países e regiões do mundo. (OPAS/OMS-2020)

Frente a um cenário de medo e altos índices de mortalidade, 341.048 casos confirmados da COVID-19 e 21.682 mortes em 23 de março de 2020 segundo o G1 (2020), diversas foram as mudanças ocorridas no âmbito social, econômico e educacional, direcionadas pelos governos federal, estaduais e municipais.

Políticas públicas emergenciais foram mundialmente criadas, com objetivo de reduzir o impacto dessa pandemia. Macedo, Ornela e Bonfim (2020), refletem sobre o acometimento epidemiológico da COVID-19 no Brasil e ressaltam a necessidade de criar ações amplas que atinjam, principalmente, as comunidades pobres e as favelas. Essas vão desde medidas de saneamento básico, previamente escassas, até o acesso à educação pública e gratuita.

Todo o acesso em tempos de pandemia é algo ainda mais restrito, visto que muitos são os decretos que orientam o distanciamento social como meio de combate ao aumento do número de casos do novo Coronavírus, como o decreto 32.371 da prefeitura de Salvador. Nessa circunstância, faz-se necessário pensar um novo formato de vida, garantindo o distanciamento a partir do fechamento de comércios, escolas, universidades, dentre outras situações de aglomeração.

No contexto da educação superior, a impossibilidade da realização de aulas presenciais está exigindo a criação de novos caminhos para seguir com os semestres que estavam em andamento e ampliando as diferenças entre universidades privadas e públicas.

O objetivo deste documento é refletir sobre a educação em cursos superiores de saúde durante a pandêmica causada pelo Novo Coronavírus.

A EMERGÊNCIA DE NOVOS CAMINHOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR FRENTE À COVID-19

No Brasil, em março de 2020, foi publicada a portaria 343 do Ministério da Educação, a qual: “Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavirus – COVID – 19”.

Essa primeira portaria surge no sentido de nortear o funcionamento do ensino superior, autorizando, em caráter excepcional, a substituição de disciplinas presenciais por aulas que utilizem meios tecnológicos. As disciplinas com potencial para essa substituição devem ser definidas pelas Universidades. Sobre essas disciplinas, a portaria 345 de 19 de março de 2020, complementa a anteriormente citada, vedando a realização de disciplinas práticas ou laboratoriais e permitindo as disciplinas teórico-cognitivas do primeiro ao quarto ano para os cursos de medicina.

Com a necessidade das aulas unicamente mediadas por tecnologias, inicia-se uma corrida para garantir a continuidade do ensino. As aulas e atividades por meio da tecnologia trazem discussões conceituais entre ensino remoto e o ensino à distância.

Segundo Costa (2020), o ensino remoto de emergência aproxima-se da Educação à Distância (EAD) ao usar a tecnologia na mediação do processo, distanciando-se principalmente no aspecto temporal, uma vez que aquele deve ocorrer em tempo real, com possibilidade de interação online com o professor. Por sua vez, a educação à distância é atemporal, mediada por tutores em ambientes virtuais. Nessa realidade de pandemia, a autora descreve os desafios dos docentes em função da necessidade de adaptação dos conteúdos e dinâmicas de sala de aula ao novo modelo proposto, sem prejuízo no processo de aprendizado, além de ressaltar a importância do engajamento da instituição de ensino no apoio a essa modalidade.

Para Sathler (2020) o modelo de ensino proposto durante a pandemia da COVID-19 é o ensino à distância emergencial e de má qualidade, cujos preceitos importantes foram suprimidos, como o planejamento de trilhas para a aprendizagem, que permite a participação dos alunos, o incentivo às metodologias ativas. Com esses preceitos possibilita-se mais tempo de estudo aos discentes e no contexto atual, a regularidade de carga-horária que é recomendada torna-se incompatível com o cenário de educação à distância,

Enquanto professoras de universidades públicas, estadual e federal, questionamos a alguns colegas que atuam como docentes nos cursos de saúde das redes públicas e privadas sobre os caminhos que suas instituições estavam tomando frente ao decreto. Percebemos uma diferença muito grande na condução das aulas. Para àqueles que ensinam em universidades privadas, a substituição das aulas ocorreu de forma muito rápida, com todas as disciplinas teóricas sendo substituídas pelo novo formato

pautado na tecnologia. Algumas aulas seguiram ocorrendo em horários habituais, permitindo interação professor-aluno, outras a partir de vídeos disponibilizados em plataformas digitais. Este modelo menos interativo foi muito criticado pelos discentes e logo substituído por um formato em tempo real, no qual os alunos com acesso pudessem interagir mais.

No que se refere a formação para o uso adequado de ferramentas tecnológicas para as aulas, os docentes foram orientados por tutoriais *online* e no melhor cenário as universidades criaram um grupo de apoio aos docentes e discentes. Vale ressaltar que nessas instituições, em momento algum, foi questionado a professores e alunos sobre acessibilidade tecnológica para acompanhamento do novo formato pedagógico.

A essa urgência em substituir as aulas nas instituições privadas, Cassio (2020) atribui a uma lógica de consumo que justifique a continuidade e pagamento das mensalidades do semestre em curso. E reflete ainda a crueldade do referido formato, afirmando a falta de sensibilidade aos que não possuem acesso à tecnologia para acompanhar o avanço conteudista. Desta forma, vê-se o princípio da equidade sendo lesado, mais uma vez os mais vulneráveis têm o seu direito cerceado. Afirmações de que o acesso às aulas será garantido porque essas ficarão arquivadas e poderão ser acompanhadas em outro momento são repetidas pelas universidades que ofereceram o referido formato. No entanto, o que se pode observar é um ensino à distância sem qualidade, sem tutor, sem possibilidade de retroceder e esclarecer dificuldades, ao tempo que o semestre finaliza e com ele perde-se a possibilidade de aprendizado.

A aprendizagem que já estava em crise no momento pré-pandemia, devido à ineficácia do processo de ensino desde a educação básica até a educação superior, sofrerá ainda mais com o modelo tecnológico emergencial na era da COVID-19. (Sathler, 2020).

No contraponto das universidades privadas, encontram-se as instituições públicas, as quais se apresentam sensíveis à desigualdade de acesso tecnológico, apesar de encontrarem-se com dúvidas sobre possíveis impactos salariais. De acordo com Palhares (2020), 60% das universidades públicas rejeitaram a recomendação de aulas *online*, fato que é claramente justificado pelo conhecimento da limitação de acesso vivenciada pela população em questão.

Em nível de graduação e pós-graduação, algumas das universidades baianas utilizaram a tecnologia para questionar sobre acesso e possibilidades de oferta das disciplinas on-line. Em resposta já se evidencia a limitação, visto que muitos dos alunos sequer conseguiram responder a esse questionamento que não demanda muitos megabits de velocidade para serem baixados em smartphones.

DESAFIO DOS CURSOS DE SAÚDE E O ENSINO À DISTÂNCIA

É inegável que os cursos à distância estão avançando e conseqüentemente reduzindo o ingresso em cursos presenciais no Brasil. O Censo da Educação Superior de 2016 registrou um aumento de 21% no ingresso em cursos na modalidade à distância e em 2018 esse percentual subiu para 40% do total de inscritos em cursos de graduação.

A oferta de cursos à distância historicamente é estimulada no sentido de ampliar o acesso ao ensino superior no Brasil, no entanto, para além desse fim, é notório o interesse de instituições privadas de ensino superior nesse formato, visto que com ele a figura do professor é pouco valorizada devido ao caráter de autoaprendizado atribuído a essa modalidade, além da redução de custos também expressa em mínimos recursos dispensados à infraestrutura. (ARRUDA E ARRUDA 2015)

Uma preocupação com o crescimento dos cursos à distância é com a reduzida fiscalização que os mesmos apresentam e, como consequência, a qualidade desse processo formativo passa a ser questionável.

Diante desse contexto, o ministro da educação Mendonça Filho, à época da sua gestão em 2016, já fazia ressalvas sobre as especificidades dos cursos de saúde, ressaltando a necessidade de formação prática dos alunos para uma atuação mais completa no que se refere à construção de competências e habilidades de cada área. Neste sentido, diversas foram as manifestações de órgãos de classes desestimulando o formato à distância como formação para profissionais que irão lidar com indivíduos em diferentes níveis de complexidade de acometimentos à saúde. (Conselho Nacional de Saúde, 2018)

Os conselhos de fisioterapia, enfermagem, medicina, farmácia, fonoaudiologia, dentre outros, reafirmam a importância da presença do professor nas etapas do processo

de aquisição das habilidades e competências que precedem a formação de um profissional de saúde. E é baseado nessas especificidades que o ensino remoto ou à distância, sugeridos de forma emergencial durante a pandemia causada pelo novo Coronavírus deve ser muito bem discutido e ponderado, visto que, o excesso de tecnologia pode afastar os discentes de situações práticas, comprometendo em médio-longo prazo a atuação de futuros profissionais.

PARA ALÉM DAS AULAS REMOTAS, O INCENTIVO AOS ESTÁGIOS NA LINHA DE FRENTE CONTRA O CORONAVÍRUS

A portaria 356 do Ministério da Educação, publicada em 20 de março de 2020 dispõe sobre a atuação dos alunos dos cursos de saúde no combate à pandemia do COVID-19, caracterizando mais uma medida emergencial para o momento.

O estímulo ao ingresso dos concluintes nos campos de batalha contra o novo Coronavírus não garante segurança aos alunos, especialmente por tratar-se de um momento onde a contaminação dos profissionais de saúde é uma preocupação mundial. O alto índice de contaminação é uma característica do Coronavírus e na luta contra a redução desses índices as recomendações rigorosas de uso de equipamento de proteção individual são reforçadas e além delas, comportamentos muito bem treinados são exigidos no manejo desses Equipamentos de Proteção Individual - EPIs para aumentar a segurança. (VERBEEK – 2020)

Ressalta-se ainda a discussão se os alunos dos últimos semestres dos cursos de saúde, sob alta pressão emocional nos campos de batalha, teriam as habilidades, que estão faltando em profissionais com muitos anos de prática, para lidar com situações que demandam alta performance profissional. Entendendo que este decreto autoriza estágios obrigatórios, causa-me ainda maior preocupação o peso da obrigatoriedade neste momento de tantas fragilidades emocionais.

Acreditamos que participar de um momento histórico como este seja relevante a muitos que escolheram o servir à comunidade um mérito de grande valor, no entanto, esse processo precisa ser conduzido de forma leve e responsável.

Questionamos ainda de que forma se daria o acompanhamento prático dos discentes em campos lotados e tensos. Os preceptores foram questionados sobre suas condições para receberem alunos e realizarem uma supervisão adequada? Será possível auxiliar com a devida eficácia o passo a passo do processo de construção da prática clínica? E os docentes, que muitas vezes não se dedicam unicamente às instituições de ensino, e estão também nas frentes de serviço auxiliando no combate ao novo Coronavírus, serão capazes de darem o seu melhor no processo de formação de pessoas?

Sem dúvida, são muitas questões que o imediatismo das medidas pode não ter sido sensível a perceber. Talvez muitos outros questionamentos devam surgir até o final dessa pandemia. O apelo é realmente que as vidas dos futuros profissionais de saúde sejam respeitadas.

A ação desses estudantes pode ser estimulada de diversas formas no cenário atual, sem níveis tão altos de exposição. Ações voltadas à população vulnerável do entorno universitário, no sentido de orientarem sobre redução de proliferação do vírus, controle de sintomas e direcionamento assistencial, são algumas possibilidades de contribuição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As decisões emergenciais para a situação de pandemia que o mundo vive no ano de 2020 são muitas e pela própria urgência das definições, prevê as consequências não é algo possível.

Todos os esforços são valorizados neste momento, sejam eles no sentido de manter os aspectos econômicos ligados à educação do ensino superior, até as ações voltadas para redução de danos no processo de ensino e aprendizado. O que essa urgência não pode deixar de perceber é o aumento da vulnerabilidade de um grande número de discentes. O processo não pode ser ainda mais cruel que o momento que estamos vivenciando, atropelando o sonho do ensino superior em saúde de milhares de seres humanos que não apenas não conseguem acompanhar as aulas por falta de tecnologia, mas também por falta de alimento à mesa, por falta de equilíbrio emocional e cognitivo.

No mundo capitalista no qual estamos inseridos, desejamos que nenhuma brecha se imponha sobre o respaldo de uma pandemia para perpetuar ensinamentos à distância em saúde, unicamente pelo fato deste formato ser menos custoso às instituições de ensino superior. Que a importância de uma adequada formação em saúde, tão valorizada no momento, seja valorizada daqui para frente em todo o mundo e que a tecnologia continue sendo usada de forma a acrescentar o crescimento científico, a possibilitar maiores acessos, mas não em substituição ao professor que tanto auxilia na construção das relações em saúde.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, E.P.; ARRUDA, D.E.P. Educação à Distância no Brasil: Políticas Públicas e Democratização do Acesso ao Ensino Superior. Educação em Revista. Belo Horizonte|v.31|n.03|p. 321-338 |Julho-Setembro 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. Censo da Educação Superior.2016. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf . Acesso 13 Mai. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. Censo da Educação Superior.2018.Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file> Acesso 13 Mai. 2020.

Conselho Nacional de Saúde. Nota Pública contra a Graduação a Distância na Área de Saúde. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br>. Acesso em 26 de Mai. 2020.

G1. Casos de coronavírus e número de mortes no Brasil em 23 de maio. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/23/casos-de-coronavirus-e-numero-de-mortes-no-brasil-em-23-de-maio.ghtml>. Acesso em 23 de Mai. 2020.

JUSTINO. G. **Ensino a distância cresce, mas cursos da área da saúde preocupam governo e especialistas.** Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2017/09/ensino-a-distancia-cresce-mas-cursos-da-area-da-saude-preocupam-governo-e-especialistas-9887287.html>. Acesso 15 Mai. 2020.

Lições do coronavírus: ensino remoto emergencial não é EAD [Internet]. Desafios da Educação. 2020. Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/coronavirus-ensino-remoto/>. Acesso 11 Mai. 2020.

MACEDO, Y.M; ORNELLAS, J.L.; BONFIM, H.F. COVID 19 nas Favelas e Periferias Brasileiras. Boletim de Conjuntura. Ano II. Volume 2. Nº 4. Boa Vista – 2020. Disponível em: www.revista.ufr.br/boca Acesso 15 Mai. 2020.

Nacional I. PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020 - DOU - Imprensa Nacional [Internet]. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou>. Acesso 19 Mai. 2020.

Nacional I. PORTARIA Nº 345, DE 19 DE MARÇO DE 2020 - DOU - Imprensa Nacional [Internet]. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou>. Acesso 19 Mai. 2020.

Nacional I. PORTARIA Nº 356, DE 20 DE MARÇO DE 2020 -DOU - Imprensa Nacional [Internet]Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou> Acesso 20 Mai. 2020.

PALHARES, I. Três em cada cinco universidades federais rejeitam ensino a distância durante quarentena [Internet]. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/tres-em-cada-cinco-universidades-federais-rejeitam-ensino-a-distancia-durante-quarentena-2984798e.html>. Acesso 18 Mai. 2020.

Pan American Health Organization / World Health. **Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)**. 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 24 Abr. 2020.

SATHLER, L. Educação pós-pandemia e a urgência da transformação digital – Anup [Internet]. Disponível em: <https://anup.org.br/noticias/educacao-pos-pandemia-e-urgencia-datransformacao-digital/> Acesso 15 Mai. 2020.

VERBEEK, J. H. et al. Equipamento de proteção individual para profissionais de saúde para prevenir doenças altamente contagiosas pela exposição a fluidos corporais

contaminados. Cochrane Systematic Review – Intervention. Disponível em:
<https://www.cochranelibrary.com/cdsr/doi/10.1002/14651858.CD011621> Acesso: 29
Mai 2020.

XIMENES, S; CÁSSIO, F. Coronavírus e a “Volta às Aulas”. Le Monde Diplomatique.
Abril de 2020.